

EDUCAÇÃO, CONDIÇÃO DE AGENTE E CIDADANIA

EDUCATION, AGENT CONDITION AND CITIZENSHIP

NEURO JOSÉ ZAMBAM*

RESUMO

O funcionamento equilibrado de uma sociedade depende, entre outros fatores, da organização do sistema educacional, que é determinante para a formação do conceito de pessoa e da estruturação das relações com os demais seres humanos, com a diversificada organização das sociedades e suas instituições e com o meio ambiente. Considerando, especificamente, as desigualdades moralmente injustificadas, presentes no interior das relações sociais e entre os países, consequência de interesses individualistas e corporativos, a educação tem condições de contribuir decisivamente para a promoção da condição de agente dos seus membros. Conforme compreende Amartya Sen, para que cada pessoa participe ativamente da sociedade, desenvolva as suas potencialidades e escolha aquilo que considera importante para a sua realização, o que não está restrito às condições de bem-estar, a condição de agente é essencial. A promoção dessa condição se constitui num dos objetivos fundamentais da ação pedagógica, contemplando as diferentes condições das pessoas e corrigindo distorções sociais, políticas, econômicas e culturais.

Palavras-chave: Condição de agente; Desigualdades; Educação; Integração; Ser humano.

ABSTRACT

The balanced functioning of a society depends, among other factors, on the organization of the education system which is determinant in the formation of the concept of a person and the structuring of the relationship with other human beings, with the varied organization of societies and their institutions and with the environment. Considering specifically the unequal conditions present within the social and country relations as consequences of individualistic and corporative interests, education can contribute decisively in the promotion of the agent condition in people. The agent condition is essential according to Amartya Sen, so that each person may actively participate in society, which is not restricted to the condition of well-being. The promotion of the agent condition is one of the fundamental objectives of the pedagogical action, meeting the different conditions of people and correcting social, political, economical and cultural distortions.

Keywords: Agent condition; Unequalities; Education; Integration; Human being.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da PUCRS. Mestre em Filosofia pela Unisinos. Professor da Uninhanguera-Faplan-Passo Fundo dos Cursos de Direito e Administração. Coordenador do programa de monitorias do curso de Direito.

INTRODUÇÃO

O contexto no qual ocorre a ação educacional de uma sociedade é caracterizado por tensões e conflitos que retratam a dinâmica da sua formação e organização, assim como os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais dos envolvidos. Especificamente, as desigualdades moralmente injustificadas são motivo de segregação, exclusão e constantes tensões na ação educativa. Na perspectiva apresentada por Amartya Sen, a educação tem como objetivo propiciar as condições necessárias para que a pessoa desenvolva um conjunto de capacidades (*capabilities*) consideradas importantes para a sua realização. Na condição de agente, a pessoa realiza os seus objetivos e escolhe valores, estejam relacionados ou não com o seu bem-estar. Na condição de agente, o indivíduo é autônomo.

A reflexão, a partir de Amartya Sen, procura abordar a relação entre as desigualdades gritantes ou moralmente injustificadas que caracterizam grande parte das relações internas e externas das sociedades contemporâneas e da ação educativa. As desigualdades referidas comprometem a condição da pessoa, a estabilidade social, o desenvolvimento sustentável e a relação com o meio ambiente. O acelerado processo de globalização preconiza que a atuação das diferentes instâncias na organização da sociedade ocorra de forma integrada para responder ao contexto cada vez mais exigente e inter-relacionado. Dessa forma, a estrutura educacional tem condições de empreender um processo articulado e eficaz para a diminuição das desigualdades.

A condição de agente é uma meta que deve ser estimulada pelos diferentes atores

envolvidos na estrutura educacional e abrange as diferentes situações em que as pessoas se encontram em vista da superação das suas deficiências e da sua integração na estrutura social. Sobre aquelas situações que ameaçam o equilíbrio das sociedades, entre as quais a pobreza e a violência, a estrutura educacional possui os instrumentos necessários para promover, resgatar e aprimorar as relações pessoais e sociais, assim como questionar e corrigir as deficiências legitimadas por concepções de ordem cultural ou religiosa. Em relação aos portadores de deficiência e a outras limitações, a educação também contribui decisivamente para equilibrar as relações entre as pessoas, promovendo suas potencialidades para sua integração e realização e, assim, diminuir as desigualdades que ameaçam a pessoa e sua integração na sociedade.

1 EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E GLOBALIZAÇÃO

O contexto das sociedades contemporâneas é caracterizado pelo acelerado processo de globalização que possibilita às pessoas uma capacidade de integração e relacionamento ímpar, oportunizado, especialmente, pelo avanço dos sistemas de informação e dos recursos da informática. Esse fenômeno aflora as perspectivas e os limites presentes na vida das pessoas, assim como em suas relações estabelecidas com os demais seres humanos, com as diferentes instâncias da sociedade e com o meio ambiente. Emergem dessa reflexão as graves desigualdades com as quais a humanidade ainda convive. Num primeiro momento, é indispensável destacar a capacidade de desenvolvimento ocorrido nas últimas décadas,

especificamente na área tecnológica, na produção de bens e riquezas e no estabelecimento do regime democrático, como um modelo proeminente de organização das sociedades, juntamente com o conceito de direitos humanos e liberdade política, o que gerou um significativo aumento da qualidade das relações sociopolíticas. Ao mesmo tempo, persistem problemas que desafiam a capacidade dos seres humanos de organizar as sociedades de forma justa e que constituem um verdadeiro paradoxo, entre os quais se podem destacar o analfabetismo endêmico, os conflitos étnicos, a ameaça terrorista, o desequilíbrio na distribuição da renda e da riqueza e as desigualdades nas relações entre os países.

As desigualdades são constitutivas das relações humanas e sociais, assim como do meio ambiente¹. Nesse sentido, é indispensável considerar as diferenças como integrantes dos planejamentos que visam a um melhor ordenamento das sociedades. Os agentes envolvidos nas questões educacionais precisam considerar o variado espectro que compõe as relações pedagógicas, particularmente as diferenças que são características da constituição humana e social², bem como a busca da superação das desigualdades, moralmente injustifi-

cadas, que comprometem a prática pedagógica em todas as suas dimensões. A *Condição de Agente*, característica preconizada por Amartya Sen, como meta para que um membro da sociedade possa dela participar ativamente e desenvolver as suas potencialidades, constitui-se no objetivo primordial do fazer pedagógico para responder às questões do desenvolvimento nos diferentes campos da estrutura da sociedade, da identidade dos seus membros e das relações por eles estabelecidas.

A ação pedagógica, ao mesmo tempo em que convive com as diferenças que constituem o panorama dos relacionamentos humanos, sociais e ambientais, enfrenta as graves distorções oriundas do interior da estruturação sociopolítica das sociedades, em relação às quais tem uma grave responsabilidade moral. A ação educativa precisa debater, de forma persistente e continuada, sua responsabilidade na diminuição e/ou erradicação das desigualdades que se manifestam no interior da prática pedagógica, especialmente na relação entre os educandos, dos professores com os estudantes e vice-versa e na estrutura político-administrativa. Com a mesma intensidade, a reflexão pedagógica contempla aquelas diferenças, não

¹ A concepção das relações humanas, sociais e ambientais interdependentes e integradas é destacada por Fritjof Capra (1996, p. 24) ao debater as formas de vida e suas conexões: “O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser chamada de visão ecológica, se o termo ‘ecológica’ for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).”

² Conforme Sen: “Somos profundamente diversos em nossas características internas (tais como idade, sexo, habilidades gerais, talentos particulares, propensão à doença, e assim por diante) bem como nas circunstâncias externas (tais como patrimônios disponíveis, ambientes sociais, problemas graves do meio ambiente, e assim por diante). É precisamente devido a tal diversidade que a ênfase no igualitarismo em um campo exige a rejeição do igualitarismo em outro [...] A diversidade humana não é uma dificuldade secundária (a ser ignorada, ou a ser introduzida ‘mais tarde’); ela é um aspecto fundamental do nosso interesse na igualdade” (SEN, 2001, p. 23).

isentas de conflitos e preocupações, que são parte integrante da formação humana e social que também incidem diretamente nas relações pedagógicas. A formação da identidade cultural do ser humano, constituída a partir do contexto de onde é proveniente, com seus valores familiares, comunitários, sociais e culturais, apresenta-se como uma das dimensões que precisa ser considerada e refletida permanentemente na ação pedagógica e, mais especificamente, no processo de globalização em curso. As diferentes culturas, com suas concepções de mundo e formas de agir diferentes, e normalmente legitimadas por profundas convicções políticas e religiosas, não podem se constituir no empecilho para a organização de um integrado e equilibrado sistema educacional.

A ação pedagógica, desenvolvida nesse contexto de inter-relações em permanente conflito, defronta-se com a questão das desigualdades a partir da pergunta formulada por Sen, *Can education reduce social inequality?* (Pode a educação reduzir a desigualdade social?). Essa questão retrata as conexões que se estabelecem no interior da estrutura educacional e que são o reflexo daquelas presentes nas relações sociais. Considerando essa afirmação, pode-se concluir que, na ação educativa, estão presentes os conflitos e as demandas do interior da sociedade, que necessitam ser refletidos, integrados e, quando necessário, superados. As relações pedagógicas não podem ser pautadas por práticas decorrentes de concepções universalizantes que, a partir de posturas previamente definidas, sobrepõem-se ao contexto que se apresenta. A educação não só precisa estar integrada como necessita dinamizar

a realidade na qual está inserida, e sua ação deve contribuir decisivamente para a superação das desigualdades que ameaçam o ordenamento social, assim como fomentar o desenvolvimento social e cultural da sociedade. A realidade, por sua vez, também tem um papel pró-ativo, pois interage com os agentes da educação, questionando e desafiando a sua ação. A educação é um fator decisivo para sedimentar a estrutura das sociedades democráticas, nas quais as diferenças integram e fortalecem o tecido social, além de possuir os mecanismos necessários para a superação das desigualdades que ameaçam seu equilíbrio e funcionamento.

Pertencer a uma determinada sociedade não constitui uma fatalidade, mas uma referência indispensável para a identidade de um ser humano. A partir dela, estabelecem-se diferentes relações com os demais, com as outras formas de organização sociopolítica e com o meio ambiente. O processo de integração e desenvolvimento, acelerado pelo atual processo de globalização, caracteriza cada pessoa numa pluralidade de relações políticas, culturais, econômicas e religiosas que, ao mesmo tempo, podem fortalecer, integrar ou anular as identidades individuais e grupais. As relações provenientes desse contexto, particularmente as educacionais, dão condições às pessoas de interagir com uma diversidade de culturas e concepções com as quais podem, simultaneamente, identificar-se. Essa heterogeneidade de relacionamentos é descrita por Sen (2006, p. 4):

Em nossas vidas normais, nós nos vemos como membros de uma variedade de grupos, nós pertencemos a todos. A cidadania de uma pessoa,

residência, origem geográfica, gênero, classe, política, profissão, trabalho, hábitos alimentares, interesse esportivo, gosto musical, comprometimento social, etc., nos faz membros de uma variedade de grupos. Cada uma dessas coletividades, e a todas as quais esta pessoa simultaneamente pertence, confere-lhe uma identidade particular. Ninguém pode possuir apenas a identidade pessoal ou ser membro de uma categoria singular.

As injustiças, particularmente a pobreza, o analfabetismo, a saúde precária, o desemprego e o papel da mulher relegado a um plano secundário, são desigualdades que ameaçam o funcionamento e o equilíbrio de uma sociedade e têm conexões com situações que comprometem a convivência e o crescimento integrados dos seres humanos, entre outras, a violência (familiar e social) e o terrorismo. Desconsiderar as desigualdades referidas nos diferentes estágios da ação educativa torna a prática pedagógica alienada, conduzindo os diferentes atores envolvidos, especialmente os educandos, ao ressentimento, à degradação e à humilhação. Outro fator que limita e compromete o efetivo desenvolvimento social e interpessoal do ser humano é compreendê-lo apenas a partir da sua identidade cultural ou religiosa. Isso não só porque ele é distinto dos demais por suas características individuais,

como também é excluído das relações universais, o que gera uma pessoa limitada ao seu espaço geográfico e cultural.³

A capacidade de interagir com as diferenças na prática pedagógica se constitui num critério que enriquece a ação educativa, pois possibilita a valorização da pluralidade e a superação dos entraves para fins corporativos e individualistas. A educação, juntamente com outras iniciativas elementares, desempenha um papel preponderante para a diminuição das desigualdades e a busca do desenvolvimento sustentável, o resgate da auto-estima e para a efetiva participação nas diversas instâncias das sociedades democráticas.

As instituições sociais, particularmente aquelas voltadas para a educação, não podem estar sob a tutela exclusiva das organizações religiosas, partidárias ou outras de interesse corporativo, sem oferecer as condições necessárias para uma ampla rede de integração com as demais manifestações socioculturais, de tal forma que a construção da identidade de cada um se processe no debate universal. O valor dos diferentes relacionamentos que uma pessoa estabelece, especialmente a partir do acesso à educação, abrange, entre outros aspectos, a melhoria da capacidade de produção, a auto-estima, o planejamento pessoal e familiar e a efetiva participação na sociedade.

³ A avaliação das pessoas, limitada por concepções individualistas, geográficas, econômicas ou de ordem religiosa, assim como as suas conseqüências, é exemplificada por Amartya Sen (2006, p. 76): “O que, entretanto, pode ser visto como um problema maior e mais geral (apesar da ausência de ampla verificação) são as possivelmente terríveis conseqüências de classificar as pessoas em termos de suas afiliações originadas exclusivamente de identidades religiosas. Isso é especialmente crítico para o entendimento da natureza e dinâmica da violência e terrorismo global no mundo contemporâneo. As divisões religiosas no mundo geram um profundo entendimento ilusório das pessoas no universo e nas diversas relações entre elas, e também têm um efeito de aumentar uma distinção particular entre uma pessoa e outra para a exclusão de todas as demais preocupações importantes”.

2 A PESSOA NA CONDIÇÃO DE AGENTE – META DA EDUCAÇÃO

A organização de uma sociedade, particularmente a realizada pelas diferentes instituições que iniciam e sustentam a ação política dos seus membros, tem a importante missão de dotar os cidadãos das condições necessárias para a superação da condição de não-agente, normalmente impedida pelas graves desigualdades sociais e políticas e pelo reducionismo de concepções culturais e religiosas. As bases para a avaliação da atuação do cidadão compreendem as condições reais em que a pessoa atua e desenvolve as capacidades, isto é, o conjunto de funcionamentos não depende apenas do acesso aos bens, a rendas e à riqueza, embora contribuam para a sua realização. Na afirmação de Amartya Sen, a capacidade

representa as várias combinações de funcionamento (estados e ações) que uma pessoa pode realizar. A capacidade é, portanto, um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro. Tal como o assim chamado 'conjunto orçamentário' no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar pacotes de mercadorias, o 'conjunto capacitário' (*capacity set*) reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis (2001, p. 80).

A tarefa educacional, numa sociedade desigual, caracteriza-se como um vetor indispensável para que os seres humanos se apropriem dos mecanismos para desenvolver a condição de agentes e possam escolher, com liberdade, o tipo de vida que desejam valorizar. Os atores educacionais, numa ação pró-ativa,

estão comprometidos em desenvolver as habilidades necessárias para que sua atuação, integrada às perspectivas e carências do contexto, prepare os educandos para o desenvolvimento do conjunto de capacidades, objetivando a sua participação ativa na sociedade. O ser humano, na condição de agente, é um sujeito autônomo. A passividade dos membros de uma sociedade representa a privação do desenvolvimento das capacidades, originada pela violência de conjunturas marcadas por situações de pobreza, uma das principais causas de privação das capacidades. A estrutura educacional de uma sociedade tem grave responsabilidade na superação daquelas situações que comprometem a condição de agente dos seus membros. Existem inúmeras situações empíricas que exemplificam o poder da educação, integrada a outros programas sociais. Na melhoria das condições de vida e na qualificação da participação social das pessoas envolvidas, compreende, entre outras, a elevação da auto-estima, o controle da natalidade, a diminuição dos níveis de pobreza e a emancipação política da mulher.

Diante das injustiças e das ameaças contra a dignidade da pessoa humana, ao equilíbrio social e ao meio ambiente, é decisivo afirmar e compreender a educação como um mecanismo indispensável para a diminuição das desigualdades, o fortalecimento da organização democrática das sociedades e do desenvolvimento sustentável. Na condição de agente, o ser humano possui uma ampla rede de objetivos que considera importantes não só para o seu bem-estar, mas também como contribuintes decisivos para a sua realização. Nesse sentido, a educação precisa contemplar a diversidade de situações que se apresen-

tam e, fortalecendo a pluralidade característica do contexto sociocultural e da formação humana, proporcionar as condições necessárias para que cada envolvido, ao desenvolver o conjunto de capacidades que considera importantes para a sua realização, exerça, na sua plenitude, a condição de agente, definida por Sen (2001, p. 103):

A realização da condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar. Uma pessoa como agente não necessita ser guiada somente por seu próprio bem-estar, e a realização da condição de agente refere-se ao seu êxito na busca da totalidade de seus objetivos e finalidades ponderados (*considered*).

O sistema educacional é o retrato das relações que ocorrem no seu interior, e o investimento na qualidade da educação é influenciado por diversos fatores e representam a formação cultural, econômica e política de uma sociedade. Os valores culturais podem influenciar decisivamente a qualidade da educação e, da mesma forma, contribuir para a manutenção de concepções, práticas e costumes desintegrados do contexto em que está inserido e legitimar relações sociais, culturais e religiosas que desarticulam e descaracterizam o tecido social (pessoas, famílias, comunidades e culturas). A construção de práticas educacionais para as sociedades em permanente transformação e integração precisa estar em permanente conexão com os acontecimentos que repercutem diretamente sobre o contexto educacional e exercer constantemente a crítica pedagógica.

Nesse sentido, há aquelas culturas em que se verificam práticas de afronta aos direitos humanos, especialmente quanto à descaracterização do papel da mulher, ao desrespeito e exclusão dos portadores de deficiências, à segregação racial, cultural e política, tanto interna quanto na relação entre os povos, devem ser sistematicamente questionadas. Procedimento de igual teor se faz necessário quanto à utilização dos recursos ambientais, responsáveis pela existência equilibrada dos diversificados sistemas de vida, dos quais depende a sobrevivência das futuras gerações.

O rigor da crítica representa uma forte e decisiva possibilidade de evolução das relações que ocorrem entre as pessoas e os povos, sendo garantido pela qualidade e eficácia dos sistemas educacionais. Os conflitos que ocorrem atualmente em diversas partes do mundo, cuja origem está na formação étnica e, normalmente, legitimados por concepções e práticas religiosas, são moralmente inaceitáveis, politicamente danosos e prejudiciais ao desenvolvimento sustentável. A organização de um integrado sistema educacional tem grande repercussão na mudança de concepções e práticas que desagregam a convivência entre grupos e povos diferentes e, na maioria das vezes, com problemáticas socioeconômicas semelhantes e objeto de interesse de grupos dominantes, corporativos e individualistas. Em sociedades que priorizam a qualidade de sua educação, são perceptíveis notáveis conquistas que beneficiam todos os seus membros, com excelentes conquistas na pacificação dos conflitos internos, na esta-

bilidade política e econômica e nas relações internacionais.⁴

O entendimento da educação como um aliado indispensável para a diminuição das desigualdades apresenta evidências empíricas e fundamentação teórica, o que possibilita consentir com essa afirmação e qualificar os diferentes espaços onde ocorre a ação educativa com essa identidade e comprometimento. A educação, entendida como um processo permanente de amadurecimento das relações pessoais, sociais, econômicas, políticas e culturais, caracteriza a condição de agente como um importante qualificativo da participação social. Os membros da sociedade, assim entendidos, estão integrados e em permanente reflexão e atualização com as inúmeras relações e procedimentos que fortalecem o seu desenvolvimento.

Em conclusão, duas dimensões importantes sobre a necessidade de equalizar as desigualdades que preocupam e ameaçam a realização humana e os relacionamentos sociais merecem destaque. Primeiro, o grave problema enfrentado por países africanos e asiáticos a partir do chamado fenômeno das mulheres faltantes (*missing women*), com origens em práticas políticas de duvi-

dosa legitimidade e concepções religiosas e culturais sem justificativa moral. Esse contexto, cada vez mais preocupante, dadas as conseqüências psicológicas, sociais e políticas, relega a mulher à condição secundária na organização familiar e social. E os fetos femininos levados à condição de meios para satisfazer preferências ou interesses individualistas e econômicos determinados pelo Estado ou pelo pai biológico geram, em determinadas situações, a seleção para a sobrevivência a partir do sexo masculino. Em relação a essa condição específica, “a educação, especialmente a alfabetização da mulher, pode fazer uma substancial diferença” (SEN, 1992, p. 588). A condição dos portadores de deficiência não pode ser avaliada a partir de sua potencial contribuição para o crescimento das sociedades. Essa é uma tendência presente em muitas sociedades modernas. A superação das desigualdades, nesse contexto, procura a cooperação social, e não apenas as vantagens, visando ao bem-estar de todos os cidadãos, especificamente considerando a família como base da estrutura da sociedade. Se não fosse assim, os portadores de deficiências seriam relegados à esfera indi-

⁴Essa relação entre investimento público em programas sociais, especialmente em educação, e sua rápida repercussão na qualidade de vida das pessoas e das relações sociais é exemplificado por Amartya Sen (2000, p. 66), “Por exemplo, o fato de o Estado indiano de Kerala, apesar de seu baixo nível de renda per capita, ter alcançado níveis impressionantemente elevados de expectativa de vida, baixa fecundidade, alto nível de alfabetização etc. sem dúvida é uma realização que merece ser celebrada e estudada. [...] Por outro lado, o sucesso do processo conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser rico (durante o que pode ser um longo período de crescimento econômico) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. A qualidade de vida pode em muito ser melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias mais pobres, sem ter de esperar ‘ficar rico’ primeiro. O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem grande importância para as políticas, mas permanece um excelente argumento para passar-se daí a realizações mais amplas que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida”.

vidual. A responsabilidade da sociedade e a relevância dos diversos espaços educativos que podem ser proporcionados pela estrutura social para evitar o aprofundamento das desigualdades, objetivando a integração dos seus membros, são sintetizadas por Martha Nussbaum (2007, p. 222):

Uma sociedade decente organizará espaço público, educação pública e outras áreas relevantes da política pública para dar suporte a tais vidas, dando-lhes uma inclusão total e concedendo aos responsáveis todas as capacidades citadas, e aos deficientes, tantos quantos eles forem as perspectivas possíveis.

aquelas desigualdades que desagregam e comprometem as relações sociopolíticas e ambientais. A condição de agente dos seres humanos é condição para uma convivência social justa, sobre a qual a educação tem uma responsabilidade peculiar e insubstituível, e tem como referência o imaginário de uma nova utopia:

Mas eu imagino um outro universo, não além do nosso alcance, em que ele e eu juntamente possamos afirmar nossas muitas identidades comuns (até mesmo nossas particularidades adversas). Nós temos que assegurar, acima de tudo, que a nossa mente não seja dividida por um horizonte (SEN, 2006, p. 186).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática que envolve as desigualdades é de especial importância quando são consideradas as conquistas operadas pela humanidade, as quais apresentam inúmeras perspectivas para o crescimento, o desenvolvimento e as relações entre os povos. Ao mesmo tempo, persistem degradantes situações que ameaçam o equilíbrio do meio ambiente, o ordenamento seguro das sociedades, a existência dos seres humanos e das gerações futuras. Essa realidade reflete uma estética social paradoxal e ameaçadora que precisa sofrer crítica constante e contundente para reverter o curso das suas relações. A marcante contribuição de Amartya Sen firma-se como norteadora do debate contemporâneo pela capacidade de interagir com diversificadas áreas do conhecimento e da estruturação das relações internas e externas das sociedades contemporâneas, assim como avaliar e caracterizar

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Tradução de Newton Roverval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- NUSSBAUM, Martha. **Frontiers of justice: disability, nationality and species membership**. Harvard: Harvard University Press, 2006.
- SEN, Amartya; NUSSBAUM, Martha. **The quality of life**. Oxford: Clarendon press, 1993.
- SEN, Amartya. Missing woman. **BMJ**. v. 304, mar. 1992.
- _____. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Comodities and capacities**. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1999.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Beyond identity. Other people. **The New Republic**, n. 223, p. 23-30. Dez. 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada.** Tradução de Ricardo Mendes. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **Identity and violence:** the illusion of destiny. New York & London: W. W. Norton & Company, 2006.

SLAVIN, Robert. Can education reduce social inequalities? **Educational leadership**, n. 5, v. 4, p. 6-9. 1997.